



# MUNICÍPIO DE SETÚBAL

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### COMISSÃO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

#### ATA / PARECER

ANEXO AO PONTO IV-4.  
DOCUMENTO N.º 31

A Comissão de Economia, Administração e Finanças da Assembleia Municipal de Setúbal reuniu no dia 13 de Novembro de 2018, pelas 21:00 horas, estando presentes os membros, Antonieta Maria Saragoça dos Santos(CDU), que coordenou, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes (PS) que secretariou, Afonso Augusto da Silva Luz (CDU); Maria da Graça Santos de Andrade (CDU), José Luis Barão (PS), Pedro Miguel Trindade Veitas Antunes (PPD/PSD), Vitor Manuel Freitas Rosa (BE) e Celestina Maria Agostinho Brito Neves (AC) e Nuno Costa (CDU)

Não esteve presente, Diamantino António Caldeira Estanislau (CDU) com justificação.

A Deputada Maria da Graça Santos de Andrade (CDU) doravante substituiu o Deputado João António Vicente (CDU) devido a falecimento.

Por parte do executivo estiveram presentes, Sr. Vice-Presidente Manuel Pisco Lopes e o Diretor de Departamento de Administração geral, Finanças e Recursos Humanos, Dr Paulo Hortensio.

Os presentes deliberaram pronunciar-se sobre os seguintes pontos da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal de Setúbal de 16 de Novembro de 2018, abaixo referidos:

A comissão verificou que no Ponto 6 da ordem de trabalhos, a Proposta a deliberar vinha trocada. Onde constava Deliberação nº 338/18 respeitante ao plano municipal para a integração dos migrantes, passou a constar a deliberação nº 328/18, respeitante ao abastecimento contínuo de gasóleo para abastecimento de viaturas da frota municipal e companhia de bombeiros.

1. Deliberação nº 289/18 – proposta nº 75/1028 – DARFH/DIGEF – Consulta de financiamento no âmbito do IFRRU 2020 para a obra: substituição e reforço da estrutura da cobertura do edifício dos paços do concelho – Setúbal.

***A comissão emitiu parecer favorável por unanimidade.***

2. Deliberação nº ~~293~~ 293/18 – proposta nº 42/2018 DURB/DIPU – Alteração à delimitação da área de reabilitação urbana de Setúbal.

***A comissão emitiu parecer favorável por unanimidade.***

3. Deliberação nº 318/18 – proposta nº 20/2018 – GAP – Minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências do município de Setúbal para a AML na área dos transportes públicos de passageiros.

***A comissão emitiu parecer favorável por unanimidade.***

4. Deliberação 320/18 – Proposta nº 22/2018 – GAP – Alteração do regulamento da organização dos serviços do município de Setúbal.

Foram levantadas algumas questões relacionadas com a nova forma de organização dos serviços da Câmara.

Em resposta o Sr. Vice-presidente evidenciou as principais alterações nos Recursos Humanos como estrutura orgânica autónoma, a criação de uma estrutura de serviços próprios para a saúde e educação e outra para a imagem relações públicas e turismo. O Sr. Vice-presidente justificou ainda estas alterações com a necessidade de adaptação do município às delegações de competências da administração central previstas.

**A comissão emitiu parecer favorável com cinco votos a favor (4 CDU; 1 AC) e quatro abstenções (2 PS; 1 PSD; 1 BE)**

5. Deliberação nº 345/18 – Proposta nº 23/2018 – GAP – Contrato interadministrativo de delegações de competências entre o município de Setúbal e a área Metropolitana de Lisboa, para a organização, planeamento, desenvolvimento e articulação da atividade de distribuição de eletricidade em baixa tensão, no município de Setúbal no âmbito da lei nº 31/2017.

**A comissão emitiu parecer favorável por unanimidade.**

6. Deliberação nº 328/18 Proposta nº 82/2018 – DARFH/DIGEF/SECPP – Fornecimento contínuo de gasóleo, para abastecimento das viaturas da frota municipal e da companhia de bombeiros sapadores de Setúbal, no ano 2019, ao abrigo de central nacional de compras municipais (CNCM)

Algumas questões colocadas incidiram sobre a possibilidade de redução da despesa no fornecimento de gasóleo, às quais o Sr. Vice-presidente respondeu que tal redução da despesa se verifica com a gradual renovação dos veículos mais antigos por veículos novos a qual permite a redução do consumo de gasóleo.

**A comissão emitiu parecer favorável por unanimidade.**

7. Deliberação nº 324/18 – Proposta nº 78/2018 – DARFH – Imposto municipal sobre imóveis (IMI) do ano de 2018.

**A comissão emitiu voto favorável com Cinco votos a favor (4 CDU; 1 AC) e quatro contra (2 PS; 1 PSD; 1 BE)**

8. Deliberação nº 325/18 – Proposta nº 79/2018 – DARFH/DIGEF – Finanças Municipais – Lançamento de Derrama para 2019.

**A comissão emitiu parecer favorável com 5 votos a favor (4 CDU; 1 AC); três abstenções (2 PS; 1 BE) e um voto contra do PSD.**

9. Deliberação nº 326/18 – Proposta nº 80/2018 DARFH/DIGEF – Participação variável no IRS.

**A comissão emitiu parecer favorável com cinco votos a favor (4 CDU; 1 AC) e quatro votos contra (2 PS; 1 PSD; 1 BE)**

10. Deliberação nº 327/ 18 – Proposta nº 81/2018 – DAFRH/DIGEF – Taxa Municipal de direitos de passagem para o ano de 2019.

**A comissão emitiu parecer favorável com oito votos a favor (4 CDU; 2 PS; 1 PSD; 1 AC) e um voto contra do BE**

11. Deliberação nº 323/18 – Proposta nº 77/2018 – DARFH/DiGEF – Orçamento e grandes opções do plano para 2019.

Foram levantadas questões relacionadas com o montante do reembolso referente à Taxa Municipal de Proteção Civil (TMPC) e com a dívida das águas do Sado para com a Câmara Municipal de Setúbal.

O Sr. Vice-presidente teve oportunidade de explicar que o valor de reembolso da TMPC a devolver não é igual ao valor faturado. Sendo o valor faturado superior a 4 Milhões de euros o valor a devolver andar-á á volta dos 700 mil euros. O valor inscrito no orçamento sugere que a verba inscrita sirva para pagar sobretudo aos pequenos comerciantes. Quanto aos reembolsos de maior montante existe a possibilidade de permutas ou devolução de terrenos para pagamento do reembolso.

No que diz respeito às águas do Sado, a verba está a ser avaliada através de um encontro de contas e, possivelmente, com acordos de obras delegadas à concessionária. Acrescentou ainda que, neste momento ainda não existe consenso quanto à verba em dívida pela concessionária.

Foi ainda levantada uma questão relacionada com o programa PREVPAP e com a evolução dos custos com pessoal. O Sr. Vice-presidente defendeu que, para esta matéria, tal evolução se devia a um maior número de chefias e a um necessário redimensionamento da estrutura orgânica. Acrescentou ainda que a requalificação do pessoal que anteriormente estava com o vínculo de técnicos operacionais também contribuiu para o aumento dos custos como consta na página 22 do orçamento.

**A comissão emitiu parecer favorável com cinco votos a favor (4 CDU; 1 AC); três votos contra (2 PS; 1 PSD) e uma abstenção do BE.**

Setúbal, 13 Novembro de 2018

A Coordenadora,



Antonieta Maria Saragoça dos Santos